



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JUNHO DE 2022 - EDIÇÃO 93 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

## BAD VAI APOIAR O ORÇAMENTO DO ESTADO

PAG.3

## DESTAQUE

Carla Louveira Informa-se  
das Actividades dos  
SPEF-Cabo Delgado

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
**MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**

## **CARTA DE SERVIÇOS**

### **Natureza**

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### **Missão**

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### **Visão**

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### **Valores**

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### **Serviços Essenciais**

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Ao OE 2023

## BAD vai apoiar o Orçamento do Estado



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela disse em Maputo, no encontro com a Delegação do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) que País espera receber o apoio do Banco para o Orçamento do Estado (OE) de 2023.

O dirigente afirmou que “existem expectativas do executivo moçambicano da retoma do BAD ao apoio directo ao OE de 2023, depois da interrupção em 2016 tendo em conta a cooperação e compromisso das partes”, afirmou o dirigente.

O titular da Economia e Finanças assinalou que as promessas de retoma da ajuda financeira directa às contas públicas do país são o reflexo da recente indicação do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que vai reatar a assistência financeira a Moçambique.

Durante a reunião, Tonela sublinhou também que o Banco Mundial (BM) retomará o apoio directo ao Orçamento do Estado, sem, no entanto avançar com datas. “Temos garantia da mobilização de recursos para apoio ao Orçamento do Estado pelo Banco Mundial”, sublinhou.

O ministro descreveu o BAD como um parceiro estratégico de desenvolvimento.

Há mais de 45 anos o BAD tem contribuído através de uma vasta gama de instrumentos de financiamento para satisfazer as necessidades de desenvolvimento de Moçambique. O nosso Governo agradece a resposta firme do BAD aos esforços de reconstrução do país na sequência do impacto devastador dos ciclones Idai e Kenneth. Saudamos também o apoio do BAD para os seus membros a lidarem com o impacto económico e social da pandemia de Covid-19.

Por seu turno, o vice-presidente do BAD para a Governação Económica e Gestão do

Conhecimento, Kevin Urama, manifestou a disponibilidade da sua instituição para estreitar laços de cooperação com Moçambique na melhoria do sistema de arrecadação de receitas internas.

Uma maior participação dos cidadãos nas actividades económicas produtivas é uma forma segura de alargar a base tributária e aumentar a mobilização das receitas internas, que é, de facto, o primeiro pilar das finanças públicas e da gestão de dívidas sustentáveis e eficazes em todos os lugares, descreveu.





# Carla Louveira Informa-se das Actividades dos SPEF-Cabo Delgado

Elaborado: Augusto Salvador

No contexto da visita de trabalho à Província de Cabo Delgado nos dias 13 e 14 de Abril de 2022, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, informou-se sobre as actividades em curso nos Serviços Provinciais da Economia e Finanças de Cabo Delgado, (SPEFC-Delgado) tendo igualmente visitado o futuro Edifício dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças de Cabo Delgado e a Delegação e Laboratório do CEDSIF.

Carla Louveira interagiu com Chefes dos Departamento e alguns Técnicos inteirando-se sobre os desafios, dificuldades e a colaboração entre os SPEFCDelgado e o órgão central. Na ocasião, Louveira dirigiu a Sessão Extraordinária do Colectivo do Serviço alargada à delegação do CEDSIF, na qual o Director dos Serviços Provinciais, Dário Passo, apresentou o informe geral da instituição.





## Governo Moçambicano quer “maior apoio” do Banco Mundial



O Ministro da Economia e Finanças de Moçambique, Max Tonela, pediu “maior apoio” do Banco Mundial (BM) face à “magnitude” das reformas que o país deve empreender visando a transformação macroeconómica do país.

“Gostaríamos de ter maior apoio do Banco Mundial na mobilização de recursos”, afirmou Tonela,

O governante falava em Washington durante um encontro com o vice-presidente do BM para a África Oriental e Austral, Hafez Ghanem.

O BM tem prestado auxílio a Moçambique, mas “a magnitude” das reformas que o país deve materializar exige a mobilização de mais recursos, acrescentou Max Tonela.

“Temos enfrentado vários desafios, que resultam, principalmente, de choques associados às mudanças climáticas, pandemia de covid-19, acções terroristas no norte do país e agora as incertezas geradas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia”, declarou o ministro da Economia e Finanças.

Max Tonela avançou que o país tem registado progressos no combate ao “terrorismo” na província de Cabo Delgado, norte do país, como resultado da cooperação militar com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Ruanda.

Por outro lado, continuou, Moçambique conta com a ajuda de vários países europeus, africanos e EUA na formação e apoio logístico às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Na frente contra a covid-19, prosseguiu, o país conheceu avanços, tendo conseguido vacinar completamente 13,6 milhões de pessoas, o equivalente a 89,4% da meta da população por imunizar.

Cerca de um milhão de pessoas já receberam pelo menos uma dose da vacina contra a covid-19, acrescentou.

Os avanços na luta contra a pandemia contaram com a ajuda financeira do BM, notou Max Tonela.

Tonela assinalou que a taxa de infecção pelo novo coronavírus em Moçambique

caiu para 0,4%, verificando-se igualmente uma queda acentuada nos internamentos e mortes.

Os ganhos no combate à doença estimulam o Governo a aliviar as restrições impostas para a prevenção, o que será benéfico para a recuperação económica.

Max Tonela congratulou-se com o entendimento alcançado este mês com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a implementação de um programa de reformas macroeconómicas e estruturais nos próximos três anos.

“O programa tem como objetivo apoiar os esforços do Governo visando a implementação de reformas focadas na aceleração da recuperação económica, aprofundamento da estabilidade macroeconómica, no médio e longo prazos, e reforço de acções destinadas à promoção da governação, transparência e combate à corrupção”, enfatizou.

Na esfera fiscal, o programa de reformas preconiza medidas de políticas viradas à expansão da base fiscal e reforço da gestão de finanças públicas, tendo em vista a melhoria da sustentabilidade da dívida pública e gestão financeira, bem como da capacidade institucional de monitoria de riscos fiscais.

Nessa perspectiva, o Governo pretende implementar, com a ajuda do FMI, medidas de políticas viradas ao fortalecimento da governação e transparência na gestão da dívida pública.

A agenda de reformas inclui igualmente a criação de um espaço orçamental para programas de protecção social e melhoria da eficiência na despesa com as camadas mais desfavorecidas da população.

“Esperamos que o acordo com o FMI seja aprovado com o conselho de diretores do em maio e o início da implementação do programa em junho de 2022”, declarou Max Tonela.



## CEDSIF e INPS Assinam Acordo de Parceria



O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF, IP) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, IP), assinaram, no dia 06 de Abril do corrente ano, em Maputo, um acordo de parceria com vista a prestação de serviços entre as duas instituições.

O acordo prevê o uso pelo INPS, IP, da plataforma informática implementada e gerida pelo CEDSIF, IP, para o pagamento de pensões e outros benefícios a pensionistas, garantia da interoperabilidade entre os Sistemas do INPS, IP, de Gestão da Segurança Social Obrigatória e seus contribuintes, prestação de serviços de alojamento do Centro de Recuperação de Dados do INPS, IP na infraestrutura tecnológica do CEDSIF, IP e implementação e operacionalização de uma solução “Smart Business” para realização da prova de vida biométrica não presencial dos pensionistas.

Intervindo no evento, o Director Geral do INPS, IP, Augusto Sumburane saudou o sucesso alcançado pela celebração do acordo de parceria. “Julgo que estamos a dar um passo importante para um relacionamento institucional assente

num instrumento jurídico que não vai trazer dúvidas para quem quer que seja, mesmo depois de nós não estarmos aqui. Congratulamos a todos envolvidos neste sucesso, mas sobretudo pelo sucesso que esperamos obter da realização do trabalho de implementação deste acordo”, referiu.

Por sua vez, o Presidente de Conselho de Administração do CEDSIF, IP, Hermínio Sueia reconheceu os desafios

resultantes da implementação do acordo, prometendo trabalhar afincadamente com a sua contraparte do INPS, IP. Temos esses desafios enormes pela frente e vamos trabalhar em conjunto para a concretização do sucesso deste projecto e não haverá equipa do CEDSIF, IP, nem do INPS, IP, mas sim uma equipa conjunta a trabalhar em prol da materialização do que está consagrado neste instrumento, garantiu Sueia.





## Técnicos do MEF Formados em Sistema Tributário Moçambicano



Foram igualmente discutidos os efeitos da taxa de imposto sobre a receita fiscal e sobre a base tributária. Por fim, foi explicada de forma específica a incidência e base legal de cada um dos impostos que compõem o sistema tributário em Moçambique.

Com este ciclo de formações espera-se que os técnicos do MEF formulem ideias próprias sobre como propor reformas por forma a colmatar a complexidade do sistema tributário bem como o meio de torná-lo mais neutro e inclusivo de modo a facilitar o processo de mobilização de recursos domésticos.

A nível regional, o sistema tributário moçambicano é considerado como sendo o que contempla os principais impostos, de acordo os padrões internacionalmente aceites, o que constitui uma vantagem em termos técnico-profissionais, mas também representa um desafio porque exige que as reformas propostas usem ferramentas actualizadas, e por vezes, difíceis de prever com assertividade os seus resultados, daí a importância de haver constantes actualizações em termos de pesquisa e capacitações.

**F**uncionários do Ministério da Economia e Finanças (MEF) foram capacitados em noções básicas sobre o funcionamento do sistema tributário moçambicano.

A capacitação enquadra-se no âmbito da implementação do plano de actividades do projecto Tributação Eficiente para Desenvolvimento Inclusivo (TEDI) junto do MEF. O Projecto prevê mais formações similares a serem ministradas de forma contínua e sistemática com vista a dotar os técnicos do MEF de conhecimentos sólidos sobre o desenho e condução da política tributária em Moçambique.

As profundas alterações que têm sido introduzidas no sistema tributário nacional, exigem uma contínua capacitação dos funcionários das diferentes direcções e repartições do Ministério.

A ideia de capacitar sobre estas matérias, com maior atenção aos técnicos afectos à Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, garante a formação técnico-profissional necessária para assegurar que estes funcionários sejam dotados de ferramentas suficientes para dar vazão às novas tarefas e desafios que surgem com a transferência de responsabilidade da Autoridade Tributária para o MEF sobre o desenho e condução da política tributária em Moçambique.

Neste âmbito, e por forma a dar seguimento ao plano de formação proposto, a formação sobre o sistema tributário moçambicano surge como treinamento básico para garantir o melhor entendimento sobre o funcionamento do sistema tributário no seu todo, identificando suas valências e nuances. Na formação foram ministrados especificamente conceitos básicos do sistema tributário e princípios da legalidade tributária.





## MEF Troca Experiências com Uganda em Política e Administração Tributária



Reino Unido, em Março de 2021 para a implementação do projecto de Tributação Eficiente para o Desenvolvimento Inclusivo (TEDI).

O Projecto TEDI faz parte do programa do Reino Unido denominado Tributação e Governação Económica (TEG) orçado em 16,5 milhões de Libras (equivalente a cerca de 1,7 mil milhões de Meticaís) dos quais 8 milhões de Libras (equivalente a cerca de 824 milhões de Meticaís) serão para a implementação do projecto TEDI.

Prevê-se que o referido projecto seja implementado até 2024, devendo apoiar Moçambique na mobilização de recursos domésticos, sem descurar aspectos ligados ao género e inclusão social no contexto da tributação.

Técnicos do Ministério da Economia e Finanças (MEF) participaram recentemente, na República do Uganda na troca de experiências sobre a Política e Administração Tributária.

A deslocação tinha como objectivos colher experiências sobre como o Uganda desenvolveu a sua Estratégia Nacional de Tributação de Médio Prazo (Medium Term Revenue Strategy – MTRS) e tirar lições para Moçambique com base na avançada experiência do País neste ramo; bem como o funcionamento do seu Departamento de Política Tributária baseado no Ministério das Finanças. Por outro lado, era do interesse da delegação moçambicana informar-se sobre os desafios da Administração Tributária e mecanismos de interacção e gestão da base de dados com Ministério das Finanças, incluindo a MTRS.

Ainda no âmbito deste intercâmbio, partilhou-se a experiência Ugandesa sobre a componente do género e inclusão social na tributação, bem como, sobre a tributação da indústria extractiva e processos de auditoria.

A troca de experiência enquadra-se no âmbito do Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério da Economia e Finanças e o Alto Comissariado do





## BVM Desafia Clubes Desportivos a apostarem no Modelo das SAD'S



“vender uma caixa vazia”. Tem de ser empresas bem geridas, transparentes, que façam negócios com ética. Há clubes que amanhã vão querer transformar-se em empresas, para entrarem na Bolsa, e não vão reunir os requisitos exigidos. A BVM e o modelo de SAD'S não vão ser a panaceia para seleccionar todos os problemas dos clubes desportivos de Moçambique, mas pode ajudar algumas.

“Durante as discussões ocorridas hoje, retivemos que os grandes problemas do desporto são de gestão desportivas, infraestruturas, formação das camadas jovens e financiamento. Esses problemas podem ser ultrapassados quando os clubes forem geridos como empresas eficientes, que que procurem fontes de renda alternativa e forjem parcerias sustentáveis.

Refira-se que a BVM e a SED rubricaram, em Setembro de 2020, um Memorando de Entendimento que visa o estabelecimento de uma plataforma para operacionalizar o regime jurídico das Sociedades Anónimas Desportivas (SAD'S).

O Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Cripton Valá, desafiou, no dia 14 de 2022, os clubes desportivos nacionais a apostarem no Modelo das Sociedades Anónimas Desportivas (SAD'S) como alternativa de financiamento e caminho seguro para se tornarem auto-sustentáveis.

Salim Valá fez estas considerações durante a Reunião Nacional de Reflexão sobre o Desporto, organizada pela Secretaria de Estado de Desporto (SED), que juntou os vários actores da sociedade moçambicana para debater a saúde do desporto nacional e delinear estratégias para dinamizar o desporto no futuro.

OPCA da BVM alertou para a necessidade do preenchimento de pressupostos básicos tais como: transformarem-se em sociedades anónimas desportivas (empresas), possuírem boa saúde económica financeira, terem contabilidade organizada e com contas auditadas. Reunidos estes elementos,

estarão criadas as condições para os clubes nacionais cotarem-se em bolsa e assim aceder a financiamentos por via da BVM.

A gestão é o grande “calcanhar de Aquiles”. O que nós viemos dizer à família do desporto em Moçambique é que nós, como BVM, queremos apoiar este movimento, mas não queremos





## Requisitos Continuam “nó de estrangulamento” para Admissão das Empresas na BVM



empresas enfrenta este problema e está um pouco ligado à informalidade económica); e, por fim, III) a dispersão accionista (não são sociedades anónimas, mas sim sociedades unifamiliares e unipessoais)”, disse Salim Valá. Intervindo no painel subordinado as “Soluções Financeiras para a Recuperação do Sector Empresarial e Criação de Resiliência.”

Apostada na atracção de mais empresas para o mercado bolsista, a BVM lançou o Terceiro Mercado de Bolsa em Novembro de 2019, um mercado considerado de preparação e incubação, especialmente criado para facilitar a cotação das PME's ao mercado bolsista.

As PME's que operam no mercado nacional são de uma forma geral, Sociedades por Quotas, quando os regulamentos exigem que sejam Sociedades Anónimas (SA). As “poucas” Sociedades Anónimas existentes também chegam a não preencher os requisitos, precisamente por causa da sua estrutura accionista, ou seja, não têm a dispersão accionista imposta por lei.

Na ocasião, Salim Valá deu a conhecer que a capitalização bolsista está actualmente fixada em 19.36% do Produto Interno Bruto (PIB), depois de em 2019, antes da eclosão da pandemia da Covid-19, ter estado nos 15%. Desde a eclosão da pandemia da Covid-19, em 2020, a esta parte, novas empresas foram cotadas no Terceiro Mercado de Bolsa, passando a estar listadas 11 empresas na BVM.

Refira-se que a BVM assinou em Março de 2017, um memorando de entendimento com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique, (CTA), que para além de contribuir para a melhoria contínua do ambiente de negócios e competitividade da economia nacional, visa também, contribuir para o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais moçambicano.

O não cumprimento cabal dos requisitos definidos por lei continua sendo a principal razão para a fraca adesão das empresas, particularmente as Pequenas e Médias Empresas (PME), ao mercado bolsista. Este posicionamento foi partilhado pelo Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Cripton Valá, durante a Conferência Anual do Sector Privado (CASP) que decorreu de 30 à 31 de Março do 2022, em Maputo, sobre o lema “Reformando o Ambiente de Negócios para a Recuperação Económica”.

No rol das exigências legais, figuram três elementos: boa saúde económica e financeira, contabilidade organizada e dispersão accionista. Segundo o PCA da BVM, parte considerável das empresas que operam no mercado nacional, sobretudo as PME's não conseguem preencher de forma cumulativa estes requisitos, realidade que dificulta a sua admissão à bolsa.

“Os três grandes gargalos que enfrentamos são: I) a boa saúde económica e financeira das empresas, particularmente as Pequenas e Médias Empresas; II) a contabilidade organizada e contas auditadas (grande parte das



## IGF e AMAI Assinam Memorando de Entendimento



**M**aio é o Mês Internacional da consciencialização da Auditoria Interna e foi também o mês escolhido pela Inspeção-geral de Finanças (IGF) para formalizar o acordo com a Associação Moçambicana de Auditores Internos (AMAI) na realização de actividades no âmbito do Subsistema de Auditoria Interna.

O Memorando que foi assinado pelo Inspector-geral de Finanças, Emanuel Augusto Mabumo e pela Presidente do Conselho de Direcção da AMAI, Gilda Francisco Guita tem por objecto o estabelecimento de uma cooperação bilateral para a prossecução dos serviços de capacitação e formação técnico-profissional nos domínios de mútuo interesse.

O acordo preconiza ainda a elaboração de um estudo que permita encontrar uma forma para certificar os Auditores

Internos no saber fazer, tendo em conta as suas competências e a expectativa dos benefícios esperados pela organização com o seu trabalho.

Para fortalecer a compreensão da sociedade sobre a importância da actividade dos profissionais da área, as partes irão também debruçar-se sobre a certificação internacional profissional dos mesmos.

O objectivo do acordo entre a IGF e a AMAI é permitir disseminar a importância da existência da actividade e a sua contribuição na melhoria da gestão da coisa pública, auxiliando os órgãos e instituições do Estado a tornarem-se mais eficientes e eficazes, e as instituições signatárias do Memorando acreditam que as formações e capacitações em resultado desta união de esforços permitirá alcançar tal fim.





## No âmbito da Implementação do e-SISTAFE Autárquico Maputo Harmoniza Procedimentos de Planificação e Execução Financeira



Com o objectivo de assistir os Conselhos Autárquicos no processo de planificação, execução, monitoria e avaliação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), no contexto da implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), realizou-se, no distrito de Boane, Província de Maputo, a Reunião de Divulgação dos Procedimentos de Planificação e Execução Financeira nas Autarquias.

O encontro organizado pelo Serviço Provincial da Economia e Finanças de Maputo (SPEFM), em parceria com a Agência Andaluza de Cooperação para o Desenvolvimento (AACID), foi presidido pela Secretária de Estado na Província de Maputo, Vitória Dias Diogo, e contou com a participação de quadros do Ministério da Economia e Finanças; Gabinete do Secretário do Estado e dos Conselhos Municipais das Vilas de Boane, Manhiça e Namaacha.

Falando durante a sessão de abertura, Diogo, instou os Municípios a pautarem por uma gestão mais racional dos recursos, bem como privilegiarem acções de prestação de contas e

partilha atempada de informação com os seus munícipes.

“É tempo de fazer o balanço de meio-termo para aferir o que é possível reajustar; que recursos a reorientar e como mobilizar mais recursos, para melhorarmos ainda mais os nossos resultados. É tempo também de prestar mais atenção às actividades com mais impacto na vida dos munícipes e na utilização mais racional dos escassos recursos disponíveis. É igualmente, tempo de interagirmos mais com os munícipes no contexto da prestação de contas e de partilha das grandes realizações”, referiu a dirigente.

Noutro desenvolvimento, Vitória Dias Diogo, recomendou as Autarquias locais a identificarem novas fontes de receita, bem como investirem no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para flexibilizar a implementação dos planos sectoriais e melhorar a prestação dos serviços autárquicos aos munícipes.

“Apostem em acções que privilegiem a geração de mais receitas, olhem para softwares de gestão de cadastro como prioridade e façam campanhas de regularização de terrenos e registo

predial numa primeira fase com taxas abonatórias que a curto e médio prazo poderão ser fontes de receitas permanentes, simplifiquem os processos de licenciamento da actividade económica”, apançou.

Para o Director do SPEF de Maputo, Paulino Naife, a capacitação visa dotar os Municípios de conhecimentos e boas práticas em prol da consolidação da transparência e eficiência na gestão das Finanças Públicas. “Estamos cientes que com esta reflexão e harmonização dos procedimentos e metodologias de elaboração dos planos e instrumentos de monitoria e avaliação, os processos de planificação; orçamentação; execução da despesa; gestão patrimonial do Estado e controlo interno das Autarquias irão conhecer melhorias significativas, particularmente no que concerne à arrecadação, controlo e gestão de receitas”, frisou o Director.

Refira-se que este seminário decorre em resposta às recomendações deixadas aquando do lançamento do Sistema de Gestão Autárquica (SGA) em 2020, visando a padronização dos procedimentos de gestão financeira dos Municípios.



## MEF Avança com a Implementação do SGA



Uma equipa liderada pela Directora Nacional Adjunta de Planificação e Orçamento do Ministério da Economia e Finanças, Cristina Matusse, deslocou-se à Província de Maputo com o objectivo de prestar assistência técnica e metodológica aos Municípios nos processos de planificação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão socioeconómica, no contexto da implementação do Sistema de Gestão Autárquico (SGA).

Durante o encontro realizado com os Municípios das Vilas de Boane, Manhiça e Namaacha, Matusse declarou que a reforma do subsistema de planificação e orçamentação visa essencialmente integrar o Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) na plataforma e-SISTAFE e melhorar o desempenho na Administração Pública.

“Os planos de gestão socioeconómica, a nível nacional, devem ser regidos pelos mesmos comandos. É sabido que durante muito tempo a plataforma e-SISTAFE não contemplava a elaboração do PES. Assim, a reforma no sistema de planificação e orçamentação visa mudar essa abordagem, através da integração do PES e OE de modo a assegurar uma gestão com resultados de maior relevância, eficiência

e eficácia para a administração pública”, destacou a dirigente.

A Directora desafiou ainda os municípios a serem auto-suficientes e sustentáveis em prol do desenvolvimento local. “Os municípios foram criados para dinamizar o desenvolvimento local. Devem pautar por uma planificação criteriosa para assegurar o financiamento das suas actividades e envidar esforços para aumentar a sua capacidade de gerar receitas e não dependerem apenas do financiamento do OE”.

Por seu turno, o Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Maputo, Paulino Naife, instou os municípios a privilegiarem

acções de controlo interno e educação fiscal dos municípios.

“ Urge identificar e capacitar técnicos em matéria de controlo interno de modo a que haja transparência no processo de gestão do erário público. Urge, igualmente, promover campanhas de educação fiscal por forma a consciencializar os municípios sobre os seus direitos e deveres”, afirmou o Director.

Durante os dois dias de realização do seminário, de entre outros, foram apresentados e debatidos temas relacionados com as Metodologias de Elaboração do PES e OE; Procedimentos de Funcionamento do e-SISTAFE (Lei nº 14/2020, de 23 de Dezembro).





## Capacitação de membros dos júris dos concursos públicos do SPEFG

A Repartição de Aquisições (RA) do Serviço Provincial de Economia e Finanças de Gaza (SPEFG) capacitou no dia 06 de Abril do ano em curso os técnicos deste Serviço que fazem parte dos júris para os concursos planificados e lançados. A capacitação visava potenciar os membros dos Júris com ferramentas que lhes permitirão fazer a análise minuciosa dos procedimentos e prazos em termos do Decreto 5/2016 de 8 de Março, como forma de proporcionar uma concorrência justa e leal.



Chefe da RA dando Capacitação aos membros dos Júris



Membros dos Júris durante Capacitação



Membros dos Júris durante Capacitação



## Ecos das Celebrações do Dia da Mulher Moçambicana

Como forma de comemorar o dia 7 de Abril, dia da mulher moçambicana, as funcionárias do SPEF, marcharam até à Praça dos Heróis, onde depositaram uma coroa de flores em memória da Heroína Josina Machel e de todas as mulheres percidas em combate.



Funcionárias do SPEF de Gaza comemorando o dia 7 de Abril



Funcionárias do SPEF de Gaza comemorando o dia 7 de Abril



Funcionárias do SPEF de Gaza comemorando o dia 7 de Abril



## Gaza de Olho na Estratégia de Género na Administração Pública 2020/2024

O Serviço Provincial da Economia e Finanças de Gaza (SPEFG) em coordenação com o Serviço Provincial de Assuntos Sociais (SPAS), realizou no passado dia 13 do mês de Abril, uma capacitação para técnicos do SPEFG sobre a Estratégia de Género na administração Pública 2020/2024, legislada na Resolução nº 39/2020 de 8 de Julho. A mesma tem como objectivo, promover a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, com vista a eliminar práticas discriminatórias nas Instituições Públicas.



Técnica do SPAS ministrando a matéria



Técnicos do SPEFG durante capacitação



Técnicos do SPEFG durante capacitação



## Graciano Francisco endereça mensagem pelo 7 de Abril



O Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Nampula (DPEFN), Graciano Francisco, endereçou uma mensagem às funcionárias da DPEFN e da Delegação Provincial da Autoridade Tributária de Moçambique pela passagem do dia 07 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana.

Na sua mensagem, o dirigente afirma que a mulher é a força motriz para o crescimento da instituição e desenvolvimento da sociedade como um todo.

“É neste âmbito que estamos aqui para testemunhar este momento que vocês mulheres moçambicanas e funcionárias desta instituição são homenageadas reconhecendo o vosso papel na sociedade e na instituição. Continuem firmes e avancem ao alcance dos objectivos que cada uma de vocês têm em manga.

Francisco aproveitou a data para também chamar atenção sobre o corona vírus, afirmando que há necessidade de tomar medidas de prevenção, pois, o vírus

ainda constitui preocupação mundial. Vamos celebrar a data observando as medidas de prevenção contra a Covid 19 porque ainda existe, sublinhou.





## Nampula Capacita Técnicos em Cálculo da Produção Global e do PIB



**R**ealizou-se no dia 11 de Abril corrente na sala de Reuniões do Copa Cabana na cidade de Nampula, a capacitação da Equipa Técnica Provincial no Cálculo da Produção Global e do PIB.

Estiveram presentes os Chefes e Técnicos dos Departamentos Provinciais de Planificação dos Serviços Provinciais e de Direcções Provinciais respectivamente.

A sessão foi dirigida pelo Director dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças de Nampula, Graciano Francisco e contou com a presença do Delegado Provincial do INE.

No seu discurso de abertura, apelou aos participantes para que se focassem nos conteúdos a serem ministrados, por forma a melhorar as metodologias de recolha de informação para calcular o indicador que avalia o crescimento real da Província de Nampula.

A capacitação foi facilitada pela Chefe do Departamento de Contas Nacionais do INE, Perpétua Mendonça, tendo sido entre outras, abordadas questões sobre o PIB na óptica de Produção, Despesa e Rendimento, bem como fórmulas para avaliar o nível de crescimento de cada sector num determinado exercício económico.





## Alguns Benefícios de saltar à corda



Estudos indicam que muitas pessoas incorporam saltar à corda como parte da sua rotina de exercícios, ou simplesmente fazem isso como a única rotina, pois o tempo ou outras circunstâncias não lhes permitem ir ao ginásio. Mesmo assim, se eles estão a saltar à corda, é algo que pode ser praticado sem levar muito tempo e, por sua vez, leva apenas um pequeno espaço e uma corda para fazer o exercício.

### Alguns benefícios

**Perda de peso:** é uma das mais procuradas por quem começa a pular corda. E é precisamente porque com este exercício ocorre a activação do corpo e a queima de calorias. Segundo um estudo de especialistas, eles queimariam cerca de 10 calorias por minuto, o que significa que em apenas 10 minutos 130 calorias teriam sido perdidas.

**Ótimo exercício cardiovascular:** de acordo com especialistas em cardiologia e medicina, saltar à corda é bom para o coração. Portanto, o exercício melhorará a resistência daqueles que o praticam, pois

optimisa o desempenho cardiovascular, além de melhorar a capacidade aeróbica. Em resumo, graças à prática da corda, a pessoa reduzirá a sua fadiga durante os desportos.

Todos os músculos se movem: saltar à corda, todo o corpo está em movimento. Esta é a razão pela qual muitos atletas praticam o exercício activamente, pois, por sua vez, o consideram um meio divertido de exercitar as áreas superior e inferior do corpo.

**Melhoria da coordenação:** isso é sentida principalmente em iniciantes que, diferentemente dos especialistas, não têm o mesmo grau de coordenação. Nos menos experientes, a corda parece ter vida própria e não se coordenar com o corpo. Em resumo, poucos exercícios melhorarão a coordenação entre os braços e as pernas de maneira tão eficiente. No entanto, saltar à corda é um deles.

**Aumenta a agilidade e a velocidade no salto:** a prática deste exercício desenvolve

fibras musculares que ajudam a ter mais velocidade. Esses tipos de fibras são aqueles que estão presentes em esforços explosivos, onde a contração muscular é muito rápida e acentuada.

**Melhora a actividade cerebral e elimina o stress:** saltar à corda ajuda a desenvolver os dois hemisférios do cérebro, permitindo que diferentes capacidades aumentem, como capacidade espacial ou memória. Hoje, é evidência de que o cérebro é capaz de evoluir, mudar, adaptar e criar novas conexões diariamente. Além disso, o exercício realizado ao pular corda liberta endorfinas que aliviam o stress e relaxa quem o pratica.

**Melhora a respiração:** Outro benefício é a melhoria da capacidade cardíaca, ou seja, a eficiência com a qual você respira. Saltar à corda é um exercício aeróbico perfeito, algo que faz com que muitos atletas de elite o pratiquem diariamente.

**Não requer condição física:** uma das grandes vantagens de saltar à corda é que você não precisa ter uma ótima condição física. Qualquer pessoa, qualquer que seja a sua condição física, pode realizar saltos e melhorar gradualmente. Esse é um aspecto que faz com que muitas pessoas se atrevam a praticar esse exercício, diferentemente de outros desportos.

**É barato:** é um dos desportos mais baratos e mais benéficos. Apenas uma corda é necessária para praticá-lo.

**Previne lesões:** Com a prática, a técnica é aprimorada e isso, por sua vez, faz com que o exercício realizado danifique as articulações em menor grau. Um bom saltar à corda deve ser feito nos dedos dos pés. Desta maneira, os movimentos são amortecidos do pé ao quadril, espalhando o esforço e aproveitando os amortecedores do próprio corpo.

## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
CINE Grupo

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)